

Referências das Rotinas Administrativas da Diretoria-Geral de Planejamento e Administração de Pessoal (DGAPE)

Portal do Conhecimento/ Legislação/ Referências das Rotinas Administrativas

RAD-DGAPE-002 – Gerir a Divisão de Planejamento de Pessoal

Com vigência a partir de 15/12/2023

Resolução TJ/OE/RJ nº 03/2021 - Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

Resolução CNJ nº 325, de 29/06/2020 - Dispõe sobre o Planejamento Estratégico, Gestão Estratégica e Estratégia Nacional do Poder Judiciário;

Resolução TJ/OE nº 11/2021 - Estabelece a Política de Gestão Estratégica, alinha a estratégia às diretrizes de governança e institui as diretrizes para o Planejamento Estratégico Institucional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro 2021-2026 (PJERJ);

RAD-DGAPE-003 – Atender e Processar Denúncias Recebidas pelos Canais de Atendimento

Com vigência a partir de 20/07/2022

Resolução Nº 351 de 28/10/2020, do Conselho Nacional de Justiça, que institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação;

Provimento CGJ 10/2021, cria o Canal de Acolhimento e Resolução de Conflitos Decorrentes de Assédio Sexual e/ou Discriminação de Gênero contra Mulheres;

Provimento CGJ 32/2021, institui e regulamenta o Código de Ética e Conduta dos servidores e colaboradores da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

Provimento CGJ 33/2021, institui e regulamenta a Comissão de Ética e Boas Práticas;

Provimento CGJ 22/2022, altera o Provimento CGJ 33/2021 que regulamenta a Comissão de Ética e Boas Práticas;

Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro – Parte Judicial.

RAD-DGAPE-005 – Processar Designação/Dispensa de Secretário de Juiz de Direito, Auxiliar de Gabinete E Auxiliar de Gabinete do Juízo

Com vigência a partir de 15/12/2023

Lei Estadual nº 9270/2021 – altera o caput do artigo 4. da Lei Estadual 5775 de 29/06/2010;

Lei nº 6956/2015 - Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro (LODJ);

Lei Estadual nº 5775/2010 - dispõe sobre a criação da estrutura do gabinete do juízo, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

Lei Estadual nº 4620/2005 – dispõe sobre a reestruturação dos cargos do quadro único de pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Lei Estadual nº 2369/1994 - Cria a função gratificada de secretário de Juiz de Direito de direito e dá outras providências;

Decreto Lei nº 220/1975 e Decreto nº 2479/1979 - dispõem sobre o Estatuto dos Funcionários Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro;

Resolução nº 156 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de 08/08/2012 - proíbe a designação para função de confiança ou a nomeação para cargo em comissão de pessoa que tenha praticado os atos que especifica, tipificados como causa de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral, e dá outras providências;

Resolução nº 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) - disciplina o exercício de cargos, empregos e funções por parentes, cônjuges e companheiros de magistrados e de servidores investidos em cargos de direção e assessoramento, no âmbito dos órgãos do Poder Judiciário e dá outras providências;

Resolução nº 01/95 do Conselho da Magistratura - regulamenta a Lei Estadual nº 2369/94.

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ 15/2017 – Regulamenta o Gabinete do Juízo;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ 02/2011 – regulamenta a Lei Estadual 2775/2010 de 29/06/2010;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ 06/2012 - dispõe sobre os procedimentos a serem observados quanto à nomeação para cargo de provimento em comissão e designação para função de confiança ou função gratificada, conforme o disposto na Resolução nº 156, de 08 de agosto de 2012, do Conselho Nacional de Justiça;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 02/2011 de 29 de junho de 2010 - dispõe sobre a sistemática a ser observada para a designação dos servidores para o exercício das funções gratificadas de que trata a Lei n. 5.775, de 29 de junho de 2010;

Ato Normativo TJ nº 03/2009 – estabelece normas e diretrizes dos atos funcionais dos Servidores do Quadro Único do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Ato Normativo Conjunto nº 03/2023 – dispõe sobre a estrutura do Gabinete do Juízo de Primeiro Grau de Jurisdição, nos termos da Resolução nº 15, de 17 de maio de 2022, do egrégio Órgão Especial;

Resolução TJ/OE nº 08/2023 – aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

RAD-DGAPE-006 – Processar Solicitações de Cadastramento/Desligamento de Funcionário Cedido por Órgãos Externos

Com vigência a partir de 17/01/2022

Resolução CNJ nº 88/2009 - Dispõe sobre a jornada de trabalho no âmbito do Poder Judiciário, o preenchimento de cargos em comissão e o limite de funcionários requisitados;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 44 /2015 - Estabelece a possibilidade de servidores cedidos pelo Estado do Rio de Janeiro e pelos Municípios, ao Tribunal de Justiça, para as atividades referentes ao processamento de executivos fiscais, cumprirem os mandados dessa natureza como oficiais de justiça ad hoc;

Ato Executivo 2275/1999 - Veda, no âmbito do Poder Judiciário, toda e qualquer requisição de pessoal sem a expressa e prévia autorização da Presidência do Tribunal de Justiça, e dá outras providências;

Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 11/2016 - Dispõe sobre a cessão de servidores de outros entes públicos para o Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

RAD-DGAPE-007 – Gerenciar o Conteúdo do Banco de Boas Práticas da CGJ

Com vigência a partir de 28/06/2022

Código de Ética e Conduta da Corregedoria Geral de Justiça;

Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça - Parte Judicial;

Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Rio de Janeiro;

Banco de Boas Práticas do CNJ.

RAD-DGAPE-008 – Gerir a Divisão de Pessoal

Com vigência a partir de 15/01/2024

Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro – Parte Judicial;

Código de Ética e Conduta do Servidor e do Colaborador do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

Resolução TJ/OE/RJ nº 04/2023 – Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

Resolução TJ/OE nº 11/2021 – Estabelece a Política de Gestão Estratégica, alinha a estratégia às diretrizes de governança e institui as diretrizes para o Planejamento Estratégico Institucional do PJERJ;

Resolução CNJ nº 70/2009 - Dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.

RAD-DGAPE-009 – Proceder às Anotações Cadastrais

Com vigência a partir de 15/12/2023

Constituição da República Federativa do Brasil de 05/10/1988;

Decreto-Lei nº 220/1975 - Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro;

Decreto nº 2479/1979 - Aprova o Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro;

Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Parte Judicial - Vigência a contar de 07/01/2021

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 03/2023 - Dispõe sobre a estrutura do Gabinete do Juízo de Primeiro Grau de Jurisdição, nos termos da Resolução nº 15, de 17 de maio de 2022, do egrégio Órgão Especial.

Resolução OE nº 04/2023 - Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências

Portaria nº 02/2009 - Resolve delegar ao Corregedor-Geral da Justiça a decisão acerca dos requerimentos de licença-prêmio e férias dos servidores do primeiro grau de jurisdição e daqueles lotados nas unidades administrativas;

Resolução OE nº 33/2014 - Consolida as normas sobre a prestação jurisdicional ininterrupta, por meio de plantão judiciário permanente, e estabelece regras transitórias para possibilitar obras emergenciais na sede do plantão.

Resolução OE nº 09/2018 - Altera dispositivos da Resolução nº 3/2014 do Órgão Especial.

Resolução OE nº 33/2010 - Dispõe sobre a compensação devida a magistrados e serventuários por sua participação em ações sociais promovidas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro em dias nos quais não haja expediente forense.

Portaria 424/2022 - Dispõe sobre reorganização dos códigos Prot/Shs para a unidade Gabinete do Juízo com fins de frequência dos servidores pelo Gabinete do Juízo.

Resolução OE nº 04/2011 - Dispõe sobre as anotações de elogios nos assentamentos funcionais dos magistrados e servidores do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Ato Normativo Conjunto 1/2012 - Regulamenta o disposto na Resolução CM nº 04/2011, disciplinando o procedimento adotado para a anotação de elogios nos assentamentos funcionais dos servidores do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

RAD-DGAPE-010 – Processar Pedidos de Licença-Prêmio e Férias

Com vigência a partir de 15/12/2023

Decreto-Lei nº 220/1975 - dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro;

Decreto nº 2479/1979 - aprova o Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro;

Portaria nº 02/2009 - resolve delegar ao Corregedor-Geral da Justiça a decisão acerca dos requerimentos de licença-prêmio e férias dos servidores do primeiro grau de jurisdição e daqueles lotados nas unidades administrativas;

Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro – Parte Judicial;

Aviso nº 654/2010 - resolve que o gozo de licença-prêmio dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, ocupantes dos cargos de Analista Judiciário em geral e de Técnico de Atividade Judiciária, dependerá de análise de conveniência e oportunidade da administração e preenchimento dos requisitos que menciona, e dá outras providências;

Lei Complementar nº 128/2009 – altera a redação do inciso III do Artigo 19 do Decreto-Lei nº 220, de 18/07/1975, dos artigos 120 e 129 do Decreto nº 2479/1979, e do artigo 2º da Lei nº 3693, de 26/10/2001, e dá outras providências.

Ato Normativo nº 26/2009 - disciplina o exercício do direito às férias dos servidores do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Ato Normativo nº 21/2022 - altera o Ato Normativo TJ nº 26, de 13 de novembro de 2009.

Ato Normativo Conjunto nº 03/2023 – dispõe sobre a estrutura do Gabinete do Juízo de Primeiro Grau de Jurisdição, nos termos da Resolução nº 15, de 17 de maio de 2022, do egrégio Órgão Especial.

RAD-DGAPE-011 – Processar Licenças/ Gala/ Nojo/ Paternidade/ Gestante/ Aleitamento

Com vigência a partir de 15/01/2024

Decreto-Lei 220/1975 - Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro;

Decreto 2479/1979 - Aprova o Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro.

Lei Complementar 128/2009, publicada no DO de 26/06/2009, que trata das novas disposições da Licença Gestante;

Lei Nº 6151, de 5 de Janeiro de 2012 - Altera a Lei Nº 3693, de 26 de Outubro de 2001, que concede licença maternidade e paternidade aos servidores públicos estaduais que adotarem filhos;

Resolução CM Nº 04/2016 - Dispõe sobre a licença-paternidade a ser gozada pelos magistrados e pelos servidores do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Emenda Constitucional nº 63/2015 - Dispõe sobre a licença às servidoras e funcionárias públicas em caso de perda gestacional e de nascimento prematuro, nos termos que menciona.

RAD-DGAPE-012 – Processar Licenças Médicas e Licença para Tratamento de Pessoa da Família

Com vigência a partir de 15/01/2024

Decreto-Lei 220/1975 - Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro;

Decreto 2479/1979 - Aprova o Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro;

Resolução 06/2013 - Estabelece normas para concessão de licenças médicas aos servidores e aprova o Manual de Perícias médicas do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Resolução CM nº 04/2019 - Altera dispositivo da Resolução nº 6, de 21 de maio de 2013;

Ato Normativo TJ Nº 07/2012 – Dispõe sobre a exigência do Código de Identificação de Doença (CID) ou laudo médico circunstanciado nos atestados médicos dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Aviso CGJ nº 1051/2011 – Avisa que, para concessão de licença médica e licença para acompanhamento de pessoa da família, será exigido o fiel cumprimento do disposto nos arts. 99, parágrafo 2. e 101, parágrafo 1. do Decreto nº 2479/1979, quanto ao prazo máximo de 03 dias para apresentação de atestado médico, pelo servidor ou seu representante, e dá outras providências;

RAD-DGAPE-013 – Analisar Produtividade Média dos Servidores

Com vigência a partir de 20/01/2023

Lei Estadual nº 3807/2022 – Dispõe sobre a concessão de horário especial aos servidores estaduais e empregados de empresas estatais, responsáveis por portadores de necessidades especiais que requeiram atenção permanente e dá outras providências;

Resolução TJ/OE/RJ nº 03/2021, art. 145 – Aprovar a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, com as atribuições básicas de cada unidade organizacional;

Resolução nº 04/2015 do Conselho da Magistratura – Dispõe sobre o regime especial de trabalho a distância nas serventias judiciais de 1ª instância e dá outras providências;

Resolução nº 05/2021 do Conselho da Magistratura – Institui condições especiais de trabalho para magistrados e servidores com deficiência, necessidades especiais ou doença grave ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes nessa mesma condição;

Provimento CGJ nº 45/2022 – Dispõe sobre o Regime de Teletrabalho e a criação de metas de produtividade;

Resolução nº 227/2016 do CNJ – Regulamenta o teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário;

Resolução nº 343/2020 do CNJ – Institui condições especiais de trabalho para magistrados e servidores com deficiência, necessidades especiais ou doença grave ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes nessa mesma condição.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria-Geral de Administração

Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br

09/01/2024